

Responda às questões 1 a 5 com base no seguinte texto:

Preço global dos alimentos dispara com guerra no Oriente Médio

O preço dos alimentos voltou a subir no mundo e acendeu um alerta da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo a FAO, agência da ONU para Alimentação e Agricultura, a alta está ligada à escalada da guerra no Oriente Médio e já afeta o sistema alimentar global.

O índice de preços da FAO atingiu o maior nível em três anos. O diretor-geral da entidade destacou que a crise já ultrapassou o campo geopolítico e começou a impactar diretamente o abastecimento mundial de alimentos. Entre os produtos que mais subiram estão os óleos vegetais. A alta é atribuída, principalmente, ao aumento da demanda por biocombustíveis e à disparada do preço do petróleo. No caso do trigo, a principal preocupação é a escassez de fertilizantes. Antes da guerra, cerca de um terço dos fertilizantes comercializados no mundo passava pelo Estreito de Ormuz, região estratégica que enfrenta bloqueios e forte tensão militar.

Fonte: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2026/05/08/preco-global-dos-alimentos-dispara-com-guerra-no-orientes-medio.ghtml> (com adaptações).

1. Com base na articulação das ideias apresentadas no texto, depreende-se que a crise alimentar contemporânea:

- Teve seu processo inflacionário contido após a mediação diplomática da FAO nas rotas de escoamento do Estreito de Ormuz.
- Resulta de um déficit produtivo localizado, restrito às áreas agricultáveis das nações em conflito direto no Oriente Médio.
- Caracteriza-se como um fenômeno puramente macroeconômico, cujas variáveis de mercado independem de instabilidades bélicas regionais.
- Manifesta-se de forma transsetorial, em que as tensões geopolíticas atuam como catalisadoras de desequilíbrios na segurança alimentar e na logística global.

2. Analise as assertivas abaixo, levando em consideração as informações e as relações de causa e efeito estabelecidas no texto:

- O aumento no preço dos óleos vegetais é explicado no texto por uma correlação entre o aumento do consumo de alimentos processados e a escassez de petróleo.
- Existe uma interdependência entre a produção agrícola de larga escala e a estabilidade das rotas comerciais de insumos químicos (fertilizantes).
- O alerta da ONU baseia-se na constatação de que o sistema alimentar global já está operando sob o impacto das hostilidades geopolíticas.

Pode-se afirmar que:

- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- As assertivas I, II e III estão corretas.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.

3. Analise o fragmento a seguir, extraído do texto: **Segundo a FAO, agência da ONU para Alimentação e Agricultura, a alta está ligada à escalada da guerra no Oriente Médio.** No trecho, o emprego das vírgulas justifica-se para:

- Marcar a inversão de um adjunto adverbial de lugar, deslocado para o início da sentença por ênfase estilística.
- Isolar uma oração subordinada adjetiva restritiva que especifica e caracteriza o papel da FAO no contexto internacional.
- Delimitar um aposto explicativo, que tem a função de identificar ou esclarecer o termo mencionado anteriormente.
- Separar um vocativo, estabelecendo um chamamento direto à agência da ONU mencionada no relatório.

4. Analise as assertivas abaixo, atribuindo V para as verdadeiras e F para as falsas, considerando os aspectos gramaticais e as relações de significação no texto:

- Em **A alta é atribuída, principalmente, ao aumento da demanda por biocombustíveis**, o termo **atribuída** poderia ser substituído, sem alteração do sentido original, por **imputada**.
- Em **No caso do trigo, a principal preocupação é a escassez de fertilizantes**, o vocábulo **escassez** estabelece uma relação de antonímia direta com o termo **carestia**.
- As palavras **guerra** e **geopolíticos** integram um mesmo campo lexical, dado que compartilham o mesmo radical etimológico e semântico, contribuindo para a coesão temática do texto ao evocarem o cenário de conflitos e relações internacionais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- F – F – F.
- V – F – V.
- V – V – F.
- V – F – F.

5. Analise as afirmações a seguir sobre a estrutura argumentativa, o nível de linguagem e a organização das ideias no texto:

- O texto apresenta um baixo nível de literariedade por ser escrito em linguagem coloquial, utilizando expressões populares para explicar conceitos complexos de mercado.
- O texto utiliza o método indutivo, pois inicia apresentando a falta de fertilizantes no Estreito de Ormuz para somente ao final concluir que existe uma guerra no Oriente Médio.
- A ideia central do texto reside na interconexão entre a instabilidade geopolítica no Oriente Médio e a consequente inflação e insegurança no sistema alimentar global.

Pode-se afirmar que:

- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- Apenas a assertiva III está correta.
- As assertivas I, II e III estão incorretas.
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.

6. Uma instituição aplicou uma prova com 80 questões. Um candidato acertou inicialmente 62,5% da prova. Após revisão, verificou-se que 1/5 das questões que ele havia errado deveriam ser anuladas, e todos os candidatos receberam a pontuação correspondente a essas questões. Considerando essa anulação, qual passou a ser o percentual de acertos do candidato?

- a) 70%
- b) 72,50%
- c) 75%
- d) 68,75%

7. Uma empresa contratou dois tipos de serviços, A e B. O serviço A custa R\$ 450,00 por unidade, e o serviço B custa R\$ 720,00 por unidade. Foram contratadas 18 unidades ao todo, totalizando R\$ 10.530,00. Quantas unidades do serviço A foram contratadas?

- a) 10
- b) 11
- c) 8
- d) 9

8. Em uma amostra de sete valores, sabe-se que a média é 18, a mediana é 17 e a moda é 16. Os valores, em ordem crescente, são:

12, 16, 16, 17, x , 24, y

Sabendo que $x < y$, qual é o valor de $x + y$?

- a) 45
- b) 39
- c) 41
- d) 43

9. Um capital de R\$ 20.000,00 foi aplicado por um ano a uma taxa nominal de juros compostos de 12% ao ano. No mesmo período, a inflação acumulada foi de 5%.

Qual foi o ganho real aproximado do investimento?

- a) Exatamente 7%
- b) Exatamente 12%
- c) Aproximadamente 6,67%
- d) Aproximadamente 5,83%

10. Considere a função:

$$f(x) = \frac{x^2 - 9}{x - 3}$$

para $x \neq 3$. Seja $g(x)$ a extensão contínua de $f(x)$ em $x = 3$.

Qual é o valor de $g'(3)$?

- a) 3
- b) 1
- c) O valor não existe.
- d) 6

11. A Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, é o pilar jurídico da medicina veterinária no Brasil. Ela instituiu o exercício profissional. De acordo com a referida Lei, é da competência privativa do médico veterinário o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios Federais, entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista e particulares, **EXCETO**:

- a) A regência de cadeiras ou disciplinas médico-veterinárias, vedada a direção das respectivas seções e laboratórios.
- b) A regência de cadeiras ou disciplinas especificamente médico-veterinárias, bem como a direção das respectivas seções e laboratórios.
- c) A assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma.
- d) A peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes, e exames técnicos em questões judiciais.

12. O zootecnista será responsabilizado pelos atos que, no exercício da profissão, praticar com dolo ou culpa, respondendo civil e penalmente pelas infrações éticas e ações que venham a causar dano ao paciente ou ao cliente e, principalmente:

- I. Praticar atos profissionais que caracterizem: imperícia, imprudência e negligência.
- II. Atribuir seus erros a terceiros e a circunstâncias ocasionais que possam ser evitadas, mesmo quando solicitadas pelo cliente.
- III. Buscar se isentar de responsabilidade por falta cometida em suas atividades profissionais, independentemente de ter sido praticada individualmente ou em equipe.
- IV. Deixar de esclarecer ao cliente sobre as consequências socioeconômicas, ambientais e de saúde pública provenientes das suas orientações e atividades técnicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

13. Conforme a Resolução 1.475, de setembro de 2022, fica dispensado de transferência de inscrição o profissional que se afastar temporariamente da jurisdição do CRMV em que estiver inscrito para:

- I. Cumprir, exclusivamente, estágio.
- II. Exercer a profissão em período inferior a 120 dias, nos termos do art. 12 da resolução citada.
- III. Ministrando palestras, cursos e similares.
- IV. Frequentar, exclusivamente, cursos de pós-graduação, em qualquer nível, em estabelecimento situado na jurisdição de outro CRMV.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.

14. O Conselho Federal de Medicina Veterinária publicou a Resolução nº 1.666 de agosto de 2025, que institui o Código de Processo Ético-Profissional no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs. A medida garante mais clareza, celeridade e segurança jurídica nos julgamentos realizados pelos Conselhos Federal e Regionais, fortalecendo a responsabilidade profissional e a transparência no exercício das profissões.
- A comunicação dos atos processuais será efetivada, sucessiva e exclusivamente por meio eletrônico, por ofício expedido mediante correspondência com Aviso de Recebimento, pessoalmente, ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) nos casos definidos no Código de Processo Ético-Profissional (CPEP) no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs.
- Assinale a assertiva **INCORRETA** de acordo com o texto a seguir. A comunicação dos atos processuais por publicação no Diário Oficial da União (DOU) deverá conter, para intimações ao denunciante:
- O fim a que se destinam.
 - Convocação para o profissional, em até 15 (quinze) dias, comparecer à sede do CRMV, a fim de tomar ciência do ato.
 - Número do processo administrativo.
 - Nome integral.
15. A Resolução nº 1267, de maio de 2019, aprova o Código de Ética do Zootecnista. Dentre os direitos do Zootecnista, conforme o texto deste Código de Ética estão:
- Requerer remuneração justa e digna por suas atividades profissionais.
 - Indicar aos usuários de suas atividades, as tecnologias mais apropriadas econômica e socialmente.
 - Recusar o exercício profissional quando as condições de trabalho atenderem às necessidades técnicas mínimas, podendo prejudicar o animal, o homem e/ou o meio ambiente.
 - Dirigir suas críticas relativas às normas, regras ou leis às instituições públicas ou privadas, tendo como premissa que os valores sociais são imutáveis e que as regras deles decorrentes necessitam de constante revisão para o prejuízo da população.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
 - Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - Está correta apenas a assertiva III.
 - Estão corretas apenas as assertivas I e II.
16. O CFMV e os CRMV constituem em seu conjunto, uma _____, sendo cada um desses dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Preencha corretamente a lacuna:
- Autarquia.
 - Sociedade de Economia Mista.
 - Organização da Sociedade Civil.
 - Empresa Pública.
17. De acordo com a Resolução nº 1138, dezembro de 2016, que aprova o Código de Ética do Médico Veterinário, é direito do médico veterinário:
- Apontar falhas nos regulamentos, procedimentos e normas das instituições em que trabalhe, bem como em programas, regulamentos, normas, portarias, decretos e leis municipais, estaduais e federais, com base em conhecimentos técnicos, comunicando o fato aos órgãos competentes, e ao CRMV de sua jurisdição.
 - Exercer somente atividades que estejam no âmbito de seu conhecimento profissional.
 - Realizar a eutanásia nos casos devidamente justificados, observando princípios básicos de saúde pública, legislação de proteção aos animais e normas do CFMV.
 - Fornecer informações de interesse da saúde pública e de ordem econômica às autoridades competentes nos casos de enfermidades de notificação obrigatória.
18. Conforme a Resolução 1.120 de setembro de 2016, que altera a Resolução CFMV nº 1.005 de 2012, os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária ficam autorizados a realizar acordos para recebimento de débitos referentes a anuidades, multas, taxas, emolumentos e demais débitos de pessoas físicas ou jurídicas. No caso de vencimento de parcela, incidirão sobre o seu valor:
- Correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento;
 - Multa, de acordo com as Resoluções que disciplinam o pagamento das anuidades de Pessoas Físicas e Jurídicas;
 - Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;
 - Correção monetária e juros de mora que serão calculados antes do acréscimo do valor da multa.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
 - Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - Está correta apenas a assertiva III.
 - Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
19. De acordo com a Resolução nº 1.666, de agosto de 2025, o processo ético-profissional será instaurado de ofício pelo Plenário do CRMV, **EXCETO**:
- Após comunicação formal decorrente de atividade fiscalizatória oficial realizada, excetuadas as remotas orientativas, em que tenha sido observado possível cometimento de infração ético-profissional.
 - Ao conhecer de atos que considere passíveis de configurar, em tese, infração às normas ético-profissionais a que se submetem os médicos-veterinários e os zootecnistas.
 - Por denúncias anônimas de qualquer natureza.
 - Em razão de comunicação oficial por Diretor ou Conselheiro do CRMV de fato que, em tese, configure infração ética.

20. São privativas dos profissionais zootecnista e médico veterinário, diplomados na forma da lei, as seguintes atividades:

- I. Planejar, dirigir e realizar pesquisas que visem a informar e a orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos.
- II. Participar dos exames a que os mesmos hajam de ser submetidos, para o efeito de sua inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico.
- III. Promover e aplicar medidas de fomento à produção dos animais domésticos, instituindo ou adotando os processos e regimes, genéticos e alimentares, que se revelarem mais indicados ao aprimoramento das diversas espécies e raças, inclusive com o condicionamento de sua melhor adaptação ao meio ambiente, com vistas aos objetivos de sua criação e ao destino dos seus produtos.
- IV. Exercer a supervisão técnica das exposições oficiais a que eles concorrem, bem como a das estações experimentais destinadas à sua criação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- c) Está correta apenas a assertiva I.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

21. Nos termos do art. 16, da Lei nº 6.404/76, marque a opção **INCORRETA**:

As ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas, em função de:

- a) Exigência de nacionalidade brasileira do acionista.
- b) Atribuição de voto plural a todas as classes de ações.
- c) Conversibilidade em ações preferenciais.
- d) Direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.

22. Nos termos do art. 39, da Lei Complementar nº 75/93, marque a opção **INCORRETA**:

Cabe ao Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

- a) Pelos Poderes Públicos Federais.
- b) Pelos órgãos da administração pública estadual direta ou indireta.
- c) Pelos concessionários e permissionários de serviço público federal.
- d) Por entidades que exerçam outra função delegada da União.

23. Nos termos do art. 19, da Lei nº 8.213/91, marque a opção **INCORRETA**:

Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

- a) O Ministério do Trabalho e da Previdência Social fiscalizará e os sindicatos e entidades representativas de classe acompanharão o fiel cumprimento pela empresa das normas de segurança e higiene do trabalho, conforme dispuser o Regulamento.
- b) A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.
- c) É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.
- d) Constitui irregularidade administrativa gravíssima deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

24. Nos termos do art. 202, da Lei nº 5.172/66, marque a opção **INCORRETA**:

O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) Sendo caso, o número do processo judicial de que se originar o débito.
- b) A origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- c) A data em que foi inscrita.
- d) A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

25. Nos termos da Lei nº 13.105/15, marque a opção **INCORRETA**:

Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. A revelia não produz o efeito mencionado se:

- a) As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.
- b) O litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- c) Havendo pluralidade de réus, algum deles não contestar a ação.
- d) A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

26. Nos termos do art. 1.228, da Lei nº 10.406/02, marque a opção **INCORRETA**:

O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que, injustamente, a possua ou detenha.

- a) O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.
- b) São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- c) O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.
- d) O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de dez anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, separadamente, obras consideradas de interesse social e econômico.

27. Nos termos do art. 14, da Lei nº 8.429/92, marque a opção **INCORRETA**:

A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

- a) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- b) Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos, observada a legislação que regula o processo administrativo disciplinar aplicável ao agente.
- c) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- d) A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta contiver as formalidades estabelecidas. A rejeição impede a representação ao chefe do executivo.

28. Nos termos do art. 884 e seguintes (do Enriquecimento Sem Causa), da Lei nº 10.406/02, marque a opção **INCORRETA**:

- a) Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.
- b) A restituição é devida só quando tenha havido causa que justifique o enriquecimento.
- c) Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.
- d) Não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.

29. Nos termos do art. 12, da Lei nº 13.300/16, marque a opção **INCORRETA**:

O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

- a) Por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária.
- b) Pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for relevante para a promoção dos direitos individuais do tutelado.
- c) Pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis.
- d) Por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

30. Nos termos do art. 5, da Lei nº 4.717/65 (Ação Popular), marque a opção **INCORRETA**:

Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.

- a) Para fins de competência, equiparam-se atos da União, do Distrito Federal, do Estado ou dos Municípios os atos das pessoas criadas ou mantidas por essas pessoas jurídicas de direito público, bem como os atos das sociedades de que elas sejam acionistas e os das pessoas ou entidades por elas subvencionadas ou em relação às quais tenham interesse patrimonial.
- b) Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa ou entidade, será competente o juiz das causas da União, se houver; quando interessar simultaneamente ao Estado e ao Município, será competente o juiz das causas do Estado, se houver.
- c) A propositura prevenirá a jurisdição do juízo para qualquer ação que for intentada sob os mesmos fundamentos.
- d) Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.

31. Nos termos do art. 98 e seguintes, da Lei nº 14.133/21, marque a opção **INCORRETA**:

O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.

- a) Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.
- b) A garantia prestada pelo contratado só será liberada após a extinção do contrato ou por culpa concorrente da administração municipal, e sempre atualizada monetariamente.
- c) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- d) Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada prevista no art. 102 desta Lei, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato.

32. Nos termos do art. 1.035, da Lei nº 13.105/15, marque a opção **INCORRETA**:

O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.

- a) O recorrente deverá demonstrar a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
- c) Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a conclusão de todos os processos penais que versem sobre a questão.
- d) Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.

33. Nos termos do art. 921 da Lei nº 13.105/15, marque a opção **INCORRETA**:

A alegação de nulidade quanto ao procedimento previsto neste artigo somente será conhecida caso demonstrada a ocorrência de efetivo prejuízo.

- a) A efetiva citação, intimação do devedor ou constrição de bens penhoráveis interrompe o prazo de prescrição, que não corre pelo tempo necessário à citação e à intimação do devedor, bem como para as formalidades da constrição patrimonial, se necessária, desde que o credor cumpra os prazos previstos na lei processual ou fixados pelo juiz.
- b) O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição no curso do processo e extingui-lo, sem ônus para as partes.
- c) A alegação de nulidade quanto ao procedimento especial previsto será sempre conhecida caso demonstrada a ocorrência de eventual prejuízo, que será presumido em qualquer situação.
- d) O termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de bens penhoráveis, e será suspensa, por uma única vez, pelo prazo máximo 1 (um) ano.

34. Nos termos do art. 472, do Decreto-Lei nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:

O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

- a) Nos contratos por prazo indeterminado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.
- b) Para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou em virtude de exigências do serviço militar ou de encargo público, é indispensável que notifique o empregador dessa intenção, por telegrama ou carta registrada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.
- c) Durante os primeiros 90 (noventa) dias desse afastamento, o empregado continuará percebendo sua remuneração.
- d) Ocorrendo motivo relevante de interesse para a segurança nacional, poderá a autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho.

35. Nos termos do art. 794 e seguintes, do Decreto-Lei nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:

A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

- a) As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.
- b) O juiz que se julgar competente determinará que sejam conclusos os autos do processo, fundamentando sua decisão.
- c) O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.
- d) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

36. Nos termos do art. 23, da Lei nº 6.404/76, marque a opção **INCORRETA**:

Os certificados de ações emitidas por companhias abertas podem ser assinados por dois mandatários com poderes especiais, ou autenticados por chancela mecânica, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

- a) Os certificados das ações, cujas entradas não consistirem em dinheiro, só poderão ser emitidos depois de cumpridas as formalidades necessárias à transmissão de bens, ou de realizados os créditos.
- b) A emissão de certificado de ação somente será permitida depois de cumpridas as formalidades necessárias ao funcionamento legal da companhia.
- c) A companhia poderá cobrar o custo da substituição dos certificados, quando pedida pelo acionista.
- d) Os certificados de ações emitidas por companhias de capital fechado podem ser assinados por mandatários, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

37. Nos termos do art. 896, do Decreto-Lei nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:

O relator do recurso de revista poderá denegar-lhe seguimento, em decisão monocrática, nas hipóteses de intempestividade, deserção, irregularidade de representação ou de ausência de qualquer outro pressuposto extrínseco ou intrínseco de admissibilidade.

- a) O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- b) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- c) Nas causas sujeitas ao procedimento ordinário, somente será admitido recurso a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- d) A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

38. Nos termos do art. 790 e seguintes, do Decreto-Lei nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:

Nas Varas do Trabalho, nos Juízos de Direito, nos Tribunais e no Tribunal Superior do Trabalho, a forma de pagamento das custas e emolumentos obedecerá às instruções que serão expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

- a) São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica, e o Ministério Público Municipal.
- b) É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- c) Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.
- d) O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.

39. Nos termos do art. 58 e seguintes, do Decreto-Lei nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:

A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

- a) O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
- b) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- c) As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas diretamente até o mês imediatamente posterior ao da sua execução, podendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso sejam compensadas.
- d) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

40. Nos termos do art. 142 e seguintes, da Lei nº 5.172/66, marque a opção **INCORRETA**:

O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

- a) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- b) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- c) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito ativo ou de terceiro quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade judicial informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- d) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

QUESTÃO DISCURSIVA:

A Constituição Federal de 1988 inovou ao trazer em seu artigo 225, § 1º, inciso VII, a proteção aos animais, a proibição de práticas que submetam animais à crueldade. Antes disso, existiam apenas leis fragmentadas que tratavam os animais como coisas ou objetos.

Em razão disso, o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a Emenda Constitucional (EC) 96/2017, que adicionou o § 7º ao artigo 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, desde que sejam manifestações culturais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 5728, validando assim a constitucionalidade da Emenda Constitucional (EC) 96/2017, conhecida como a "PEC da Vaquejada".

Discorra sobre a decisão do STF elaborando um parecer jurídico em que os principais pontos da decisão sejam analisados: manifestação cultural, proteção aos animais e a solução do STF a este aparente conflito.

A redação deverá ter no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas, sendo atribuída nota zero à mesma, caso não atenda ao limite mínimo de linhas e, sendo desconsiderado o que ultrapassar o limite máximo.